

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 24.01.2022

Apoio aos jovens na criação de negócios de forma escalonada para reduzir o risco dessa criação

Devido à epidemia do novo coronavírus, a recuperação da economia de Macau foi impedida. Apesar de a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) ter lançado vários planos para ajudar os residentes a encontrar emprego, de acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), a taxa global de desemprego entre o 1.º e o 3.º trimestres de 2021 manteve-se no nível elevado de 2,9 por cento, sendo o emprego dos residentes um problema social que deve ser resolvido com prioridade neste momento.

Perante a epidemia, alguns sectores sofreram ajustamentos estruturais, e muitos jovens que saíram das salas VIP dos casinos estão a deparar-se com problemas de emprego. Face a isso, a DSAL organizou sessões de emparelhamento para os apoiar na procura de emprego. Mas o que eles querem, de facto, é um posto de trabalho semelhante ao anterior e, na realidade, muitas empresas têm recebido muitos pedidos de emprego em relação a este tipo de postos, por isso, é de crer que, num curto espaço de tempo, o mercado não consiga satisfazer integralmente as suas solicitações. Assim, espera-se que o Governo continue a prestar atenção às mudanças sociais para poder responder-lhes de forma atempada.

Actualmente, a dificuldade de acesso ao emprego por parte dos jovens é geral. Para além das opções tradicionais de emprego, uma parte dos jovens está interessada em realizar as suas aspirações empresariais e quer montar um negócio. Ora, para se candidatar ao Plano de apoio a jovens empreendedores implementado pelo Governo, os candidatos devem concluir cursos de formação no âmbito do empreendedorismo e com duração não inferior a 42 horas. Mas, no actual ambiente empresarial instável, os riscos de criar um negócio são muito grandes, e é difícil para os jovens se inteirarem da situação do mercado apenas através de cursos teóricos curtos. Se os jovens investirem, precipitadamente, enorme dinheiro no mercado, aqueles que estão em melhor posição poderão continuar com o negócio depois de pagarem os custos iniciais, e os que estão em pior posição poderão ficar com dívidas que levarão anos a pagar através do trabalho.

Nos últimos anos, o Governo promoveu o desenvolvimento da economia comunitária com muitos esforços, surgindo, assim, muitas tendas de curta duração na Feira de Artesanato para a cultura e criatividade, e na Feira Nocturna do Pagode para a restauração. Há cada vez mais feiras com características que têm lugar nos vários bairros em diferentes épocas. Desde que os produtos consigam passar na prova do mercado, não faltam exemplos de ampliação com sucesso, isto é, as tendas pequenas passam a ser grandes lojas. É bom que o Governo crie mais “oportunidades de negócio de baixo risco” através destas plataformas, para os jovens terem espaço e tempo suficientes para conhecerem o ambiente do mercado, aperfeiçoarem os seus produtos e libertarem o seu dinamismo através da

criação de negócios por graus. O Governo deve ainda considerar a integração do actual plano de formação, para os jovens poderem aplicar os conhecimentos adquiridos e acumular mais experiência na criação de negócios.

Para os jovens, criar um negócio nos bairros comunitários, colocar os seus produtos no mercado de primeira linha para serem “testados”, saber o que o mercado necessita, otimizar os seus produtos, acumular boa reputação e, por fim, criar a sua marca, é um processo que, podendo não ser o mais rápido para enriquecer, é um dos mais sólidos métodos de fazer negócios. Face ao profundo ajustamento do nosso ambiente económico, as autoridades devem dar mais um passo em prol dos jovens, isto é, criar mais plataformas de negócios de qualidade, ajustar de forma oportuna e dinâmica as suas políticas de acordo com a conjuntura social, e ajudar os jovens a ingressarem em diferentes sectores de actividade, para assim criar um melhor ambiente para a diversificação adequada da nossa economia.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 24.01.2022

Acelerar a actualização de todo o processo de tratamento de lixo

Recentemente, o Governo anunciou que ia iniciar as obras de demolição do sistema automático de recolha de resíduos na Areia Preta, cujo uso está suspenso há muito tempo devido a avarias.

Segundo sabemos, o uso do referido sistema não conseguiu alcançar o objectivo previsto, uma vez que alguns residentes desta zona têm uma fraca consciência sobre a recolha selectiva do lixo, não fazem uma recolha diferenciada conforme o tamanho e o tipo de lixo, e deitam mesmo o mobiliário, resíduos de construção e outros de grande dimensão no sistema, por isso, surgiram avarias como obstruções e destruição de tubagens. Após estar ciente deste problema, o Governo suspendeu de imediato o funcionamento do sistema e, posteriormente, passou a usar contentores de compressão de lixo para aumentar a eficiência da recolha, mas, para promover a construção de Macau como uma cidade verde e sustentável, vale a pena continuar a impulsionar o uso do sistema automático de recolha de lixo.

Em Macau, a construção dos novos aterros urbanos e os trabalhos de renovação urbana já começaram, portanto, quanto ao tratamento do lixo, há que, a partir da conjuntura global, proceder a um planeamento abrangente, ou seja, aproveitar a oportunidade de remoção do sistema de recolha de lixo para conjugar a redução de resíduos a partir da fonte, a separação de resíduos e o sistema de recolha, para acelerar a actualização de todo o processo de tratamento de lixo e preparar bem a futura construção deste tipo de sistema nos bairros novos e antigos.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Avaliar periodicamente os planos de acção e os trabalhos de sensibilização, e promover continuamente a redução de resíduos a partir da fonte, a classificação dos resíduos e a utilização do sistema de recolha, na esperança de transmitir uma mensagem à população, isto é, a consciência de reduzir, ao máximo, a poluição ambiental para a vida.

2. Aquando da renovação urbana e da exploração das novas zonas, ponderar adoptar a forma utilizada em complexos habitacionais, isto é, segundo as características e os hábitos dos interessados, utiliza-se o sistema de recolha automática de resíduos por zonas ou canais múltiplos. Na concepção das respectivas obras, ponderar, em conjunto, os espaços necessários para a classificação e para os sistemas de recolha de resíduos e, em conjugação com as diferentes fases de construção dos edifícios, concretizar, passo a passo, a respectiva ligação eficaz com os sistemas de recolha automática.

3. Instalar cientificamente diferentes tipos de equipamentos de classificação e sistemas de recolha de resíduos, consoante as finalidades comunitárias, para conhecer as características dos interessados e das indústrias de cada comunidade, concretizando assim a personalização do sistema de recolha automática de resíduos e uma melhor distribuição dos espaços.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 24.01.2022

Preparar-se para o levantamento das restrições fronteiriças entre Hong Kong e Macau, e recuperar as ligações económicas

A situação instável da pandemia dificultou o intercâmbio entre Hong Kong e Macau, afectando gravemente a sociedade, a economia e a vida da população. Chegou a haver sinais de levantamento das restrições fronteiriças, mas este foi adiado várias vezes, devido às ondas sucessivas de epidemia em Hong Kong.

Os membros do Governo, especialistas, académicos e cidadãos em geral esperam que a pandemia se atenuar quanto antes, e o intercâmbio entre as duas regiões seja retomado, pois 20% dos visitantes eram de Hong Kong, e sob a pandemia, muitos residentes de Hong Kong, confinados há muito tempo, querem viajar para fora, portanto, o levantamento das restrições vai ser crucial para incentivar a retoma do turismo em Macau. Mais, os turistas de Hong Kong, na maioria, viajam sozinhos, e preferem visitar a fundo os bairros, o que é favorável aos negócios das micro, pequenas e médias empresas.

A persistência da pandemia durante quase dois anos limitou a movimentação e os encontros comerciais necessários entre as pessoas de Hong Kong e de Macau. Segundo diversos sectores, os sistemas e programas informáticos que muitas empresas e lojistas usam são de empresas de Hong Kong, assim, em caso de avaria, estas empresas não conseguem destacar, atempadamente, pessoal técnico para vir a Macau prestar a devida assistência, o que já afectou o funcionamento das lojas em causa. Mais, no sector comercial e financeiro, devido à necessidade resultante dos intercâmbio e negociações comerciais, muitas pessoas têm de deslocar-se entre Hong Kong e Macau. Contudo, devido às limitações impostas pelas medidas da prevenção da pandemia, as deslocações implicam sujeição à observação médica, o que constitui um grande inconveniente. E isto é pior para as empresas cujos titulares de cargos de alto nível são residentes de Hong Kong, pois a redução dos intercâmbios durante longos períodos de tempo acarreta impacto mais grave para as actividades económicas.

Segundo a Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, Ao Ieong U, *“nos tempos primórdios, logo a seguir ao levantamento das restrições às passagens alfandegárias entre Macau e Hong Kong vai ser implementada a regra de gestão de quotas, e as quotas vão ser atribuídas segundo a ordem de apresentação do requerimento e da inscrição através da internet. Tal como acontece com o modelo de levantamento das restrições com o Interior da China, os Serviços de Saúde vão criar um mecanismo especial de apreciação e autorização para as pessoas com doenças urgentes, com necessidades de deslocação por razões funerárias, entre outras, e apela ao público para que deixe os residentes com necessidades prementes apresentarem, em primeiro lugar, os seus pedidos.”*

Concordo que o levantamento das restrições entre Macau e Hong Kong deve ser feito passo a passo, e na primeira fase, sob a premissa da estabilidade da situação epidémica, devem ser estabelecidas quotas e regras de preferência, e só mais tarde é que se deve proceder ao levantamento das restrições. Quanto a isto, apresento as seguintes sugestões:

1. As autoridades competentes devem tomar medidas preventivas e preparar-se, com antecedência, para a abertura das fronteiras entre Hong Kong e Macau. Devem ser definidas instruções pormenorizadas e operacionais para os procedimentos de requerimento online, tais como os limites diário e de elegibilidade, e divulgadas as informações através de diferentes meios, especialmente nas páginas electrónicas dos serviços públicos, permitindo ao público tomar conhecimento das respectivas informações e procedimentos de candidatura.

2. Pode ainda permitir-se a pré-qualificação online, o que permitirá às autoridades acompanhar o número de pessoas e as necessidades dos diferentes sectores para o planeamento antecipado e a preparação da correspondente atribuição de quotas.

3. Com a limitação do número de quotas, em conjugação com as necessidades dos diferentes grupos sociais, pode ser dada prioridade aos profissionais com necessidades comerciais, promovendo assim a retoma económica entre os dois territórios e acelerando o ritmo da recuperação económica.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 24.01.2022

Informações sobre o apoio aos desempregados e o incentivo aos residentes para trabalharem na Grande Baía

A epidemia, que dura há mais de dois anos, teve um impacto grave na sociedade e na economia de Macau. O mercado de trabalho tem sido afectado pela recessão social, com as vagas a diminuírem e a taxa de desemprego a manter-se elevada. Segundo o Inquérito ao emprego divulgado pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, entre Setembro e Novembro de 2021, a taxa de desemprego foi de 2,8%, a taxa de desemprego dos residentes fixou-se em 3,8%, e a taxa de subemprego correspondeu a 4,3%, e a redução da população empregada nos sectores hoteleiros e de restauração, que fazem parte do sector da prestação de serviços, foi mais notória. Nos últimos meses, as notícias do encerramento de várias salas VIP e da apresentação da proposta de lei que visa alterar o Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino implicaram o surgimento de uma nova conjuntura e tendência de desenvolvimento para o sector do jogo em Macau. Merece ainda observar se isto vai ou não provocar alterações na futura estrutura social e no mercado de trabalho. Actualmente, o sector da prestação de serviços representa uma grande percentagem na estrutura económica de Macau. O subemprego e a redução de operadores desse sector terão um impacto considerável nas perspectivas de desenvolvimento do mesmo e na confiança no desenvolvimento dos diversos ramos de actividade.

O Governo implementou várias rondas de medidas de apoio económico para apoiar os residentes, através de comparticipação pecuniária e de cartão de consumo electrónico, e os resultados foram imediatos, aliviando parte da pressão económica e da vida da população. Mas a epidemia continua e o seu impacto na vida da população é constante. Espero que o Governo estude e considere lançar mais medidas de apoio, para cuidar dos trabalhadores com baixos rendimentos, por conta própria, em *layoff* e desempregados. Quanto aos últimos, o Governo deve ajudá-los, por mais canais e formas, a aceder a um emprego e a ganhar a vida a longo prazo.

Mais, com o lançamento do respectivo projecto geral em Setembro passado, a zona de cooperação em Hengqin entrou num desenvolvimento ordenado e vai trazer novas oportunidades para os residentes de Macau. Recentemente, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Subsistência da referida zona divulgou o documento de consulta sobre as “Medidas Provisórias para Apoiar o Emprego de Residentes de Macau na Zona de Cooperação”, propondo a atribuição de subsídios mensais em função da sua habilitação literária, durante três anos, aos residentes de Macau que trabalhem a tempo inteiro em Hengqin. Como está na fase inicial, a zona de cooperação tem muito espaço de desenvolvimento e vagas de emprego, e as medidas provisórias, quando forem aprovadas, vão trazer muitos benefícios para os residentes de Macau trabalharem em Hengqin. Proponho que o Governo da RAEM reforce a sensibilização sobre estas medidas facilitadoras para o emprego em Hengqin, para incentivar mais residentes a trabalhar na Grande Baía, dando-lhes mais opções para a sua realização pessoal. Isto também é benéfico para o gradual desenvolvimento integrado Hengqin-Macau, em prol da retoma económica e do desenvolvimento de Macau.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 24.01.2022

O Governo deve coadunar-se com o desenvolvimento social e responder, o mais cedo possível, às exigências do sector envolvido

Há dias, interpelei oralmente o Governo sobre o “Regulamento das Escolas e do Ensino da Condução” (adiante designado por Regulamento), que, devido à sua entrada em vigor há 23 anos, impede o funcionamento normal e o desenvolvimento a longo prazo do sector. Em resposta, as autoridades admitiram que o Regulamento estava desactualizado e apontaram que as normas desse Regulamento só podiam ser alteradas após a revisão da Lei do Trânsito Rodoviário.

Depois da reunião, recebi muitas opiniões dos operadores desse sector, tendo admitido que estavam satisfeitos por o Governo estar, finalmente, consciente desse “velho problema”. Mas é decepcionante que as autoridades ainda não tenham dado qualquer resposta substancial às exigências prementes do sector, em matéria da revisão do Regulamento, limitando-se a revelar que a respectiva alteração só podia ter lugar após a revisão da Lei do Trânsito Rodoviário e que não se sabia quando é que isso ia acontecer.

É verdade que a Lei do Trânsito Rodoviário é uma lei relevante com impacto abrangente, e a sua revisão implica processos complexos e demora, inevitavelmente, muito tempo. Em contraste, a alteração do Regulamento é um processo mais simples e rápido. Mais, não se destaca uma ligação entre as ditas revisões legislativas, incluindo a ordem do trabalho. Mesmo que se altere primeiro o Regulamento, é provável que haja necessidade de se proceder, novamente, à sua alteração depois da revisão da Lei do Trânsito Rodoviário. Neste contexto, espero que as autoridades reexaminem o calendário da revisão legislativa definido, dando importância às exigências e opiniões apresentadas pelos operadores ao longo dos anos, procedendo, quanto antes, e tendo em conta o desenvolvimento social e a realidade, à alteração do Regulamento, de modo a criar condições favoráveis para o desenvolvimento saudável do sector.

Quanto às opiniões do sector sobre a falta de mão-de-obra a longo prazo, segundo o Governo, há 393 instrutores de condução qualificados e 249 deles deram aulas de condução no Centro de Aprendizagem e Exames de Condução entre Março e Dezembro do ano passado, e cerca de 24 mil pessoas participaram no exame de condução no ano passado, portanto, considera-se que os actuais recursos humanos conseguem satisfazer a procura do mercado.

Mas, segundo o sector, de entre esses 249 instrutores, o número de horas lectivas de alguns é variável e bastante limitado. Assim, o Governo deve proceder à estatística do número de instrutores a tempo inteiro que atingem um determinado número de horas lectivas por dia ou por semana, e só assim é que se consegue reflectir a situação global dos recursos humanos do sector. Mais, a idade média dos instrutores efectivos é de 56 anos. Veja-se o exemplo dos dois instrutores que foram recentemente enviados para o hospital devido a disputas: um deles já tem mais de 70 anos de idade, o que reflecte a grave situação da falta de recursos humanos jovens.

Desde o Retorno à Pátria, o Governo organizou apenas dez cursos de formação para instrutores de condução, com 20 a 30 vagas por curso. Nos termos do artigo 22.º do Regulamento em causa, se forem apresentadas mais candidaturas do que as vagas existentes, são factores preferenciais na selecção o registo de condução, a idade e as habilitações académicas. Já que o Governo decidiu realizar o concurso no primeiro semestre deste ano, sugiro ao Governo que pondere, aquando da selecção, os candidatos qualificados que se possam dedicar ao sector a longo prazo, ou que disponibilize um determinado número de vagas para recomendação do sector, para evitar a distribuição inadequada dos recursos públicos, atenuar a pressão dos recursos humanos e apoiar o desenvolvimento saudável e ordenado do sector. Por fim, exorto mais uma vez o Governo a rever, quanto antes, o “Regulamento das Escolas e do Ensino da Condução”, para responder às solicitações razoáveis e criar condições favoráveis ao desenvolvimento saudável do sector.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 24.01.2022

Aperfeiçoar o ordenamento jurídico, reforçar a fiscalização, e persistir na promoção da integridade

Após o retorno de Macau, com o apoio do Governo Central e os esforços do Governo da RAEM e da sociedade, tivemos crescimento económico, melhoria da qualidade de vida, e aperfeiçoamento das infra-estruturas, mas alguns problemas profundos têm de ser resolvidos com premência, por exemplo, a corrupção entre os governantes. Quando foram denunciados casos de corrupção ou suborno, o Governo afirmou sempre que ia reforçar a integridade administrativa, mas os casos de corrupção que envolvem governantes repetem-se, prejudicando o interesse público, a credibilidade do Governo e a imagem da RAEM.

Recentemente, o Comissariado contra a Corrupção denunciou o caso de suborno passivo e branqueamento de capitais por parte de um dirigente. Este incidente é preocupante. Afinal, a repetição destes casos relevantes deve-se às lacunas do regime, ou à falta de fiscalização e transparência? De quem é a responsabilidade? Isto merece a nossa reflexão.

Na 6.^a reunião plenária da 19.^a Comissão Central de Inspecção Disciplinar do PCC, que encerrou este mês, o Secretário Geral, Xi Jinping, sublinhou a persistência na tolerância zero para combater a corrupção, na correcção de todos os comportamentos de corrupção prejudiciais ao interesse público, e no aperfeiçoamento do regime de fiscalização do Partido e do País, para garantir uma fiscalização global, permanente e eficaz. Macau deve apostar na prevenção e combate à corrupção, e os órgãos executivo, legislativo e de fiscalização têm de cumprir as competências, para promover, juntamente com a sociedade, o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico e dos mecanismos de fiscalização, bem como criar um ambiente governativo íntegro, imparcial e eficiente.

O Governo deve adoptar medidas concretas para reforçar a construção do sistema jurídico, especialmente no que diz respeito aos terrenos e às concessões públicas que envolvem avultados montantes do erário público, deve ainda aperfeiçoar os respectivos procedimentos de concessão e gestão, e através do reforço da fiscalização da Administração Pública, da concretização das políticas e da gestão dos activos públicos, detectar quanto antes os problemas e riscos latentes, a fim de evitar perdas e desperdícios consideráveis e, ao mesmo tempo, melhorar a transparência das acções governativas e reforçar a fiscalização pública, a fim de reduzir os riscos de corrupção.

Os deputados à Assembleia Legislativa assumem as responsabilidades de legislar e fiscalizar e também desempenham um papel importante. Em Outubro passado, o director do Gabinete de Ligação do Governo Central na RAEM, Fu Ziyang, apresentou três desejos aos deputados, salientando que estes devem colocar-se na posição do povo, elevar a capacidade de participação política e consultiva e o nível de fiscalização da acção governativa. Recentemente, o chefe do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau,

Xia Baolong, teve um encontro com alguns deputados da Assembleia Legislativa de Hong Kong, e segundo alguns deles, referiu que os deputados devem ser defensores do sistema político com predominância do poder executivo, e devem apoiar o governo na governação nos termos da lei, exercer o poder de fiscalização e apresentar ao governo as suas críticas sinceras e de boa fé, para serem verdadeiros porta-vozes da opinião pública. Tudo isto são expectativas e exigências do Estado e da população em relação aos deputados à Assembleia Legislativa, que devem ser patriotas e servidores da população, portanto, é necessário empregar mais esforços no aperfeiçoamento do sistema jurídico e no reforço da fiscalização, promovendo de forma contínua a integridade administrativa, pois, tudo isto é uma missão importante e uma responsabilidade conjunta do parlamento.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 24.01.2022

Optimização do código QR para registo das deslocações e efectuar bem os trabalhos de prevenção da epidemia

Há meio mês, surgiram surtos epidémicos nas cidades de Zhongshan e Zhuhai, e os infectados moravam perto de Macau. Acresce a isto a circulação frequente de muitos cidadãos e trabalhadores não residentes entre Macau e Zhuhai, que levou ao agravamento da situação de prevenção e controlo da epidemia. Face a isto, o Governo ajustou, de imediato, várias medidas de prevenção da epidemia, como a alteração para 24 horas da validade dos testes para quem quer entrar no Interior da China; a cor amarela do código de saúde dos cidadãos que nos últimos 14 dias estiveram nas zonas em causa; e o acelerar dos trabalhos de implementação da regra do Código Local para registo das deslocações através da leitura do código QR afixado nos estabelecimentos. Os serviços competentes esperam que o Código de Local permita dar rapidamente resposta caso surjam infectados e ajude a identificar rapidamente o trajecto das pessoas infectadas e das pessoas que tiveram contacto com elas. No entanto, trata-se de uma medida de prevenção nova, portanto, os cidadãos nem sempre conseguem adaptar-se rapidamente, e a respectiva aplicação de telemóvel ainda carece de melhoria.

Quando entrevistado, o Secretário para a Administração e Justiça, André Cheong, afirmou o seguinte: "Espero que a sociedade compreenda que algumas medidas preventivas têm um ponto de partida correcto, e foram tidas em consideração as garantias dos direitos fundamentais dos residentes e o equilíbrio dos direitos das diversas partes. São também esses objectivos que as leis devem prosseguir.". A medida do Código de local foi implementada há cerca de uma semana, mas alguns cidadãos tiveram dificuldades, por exemplo, devido à instabilidade do sistema; não conseguiram concluir com sucesso a leitura, mesmo depois de várias tentativas; e não aparece o registo do itinerário dos familiares quando a leitura é feita com um único telemóvel. Mais, houve casos de seguranças de estabelecimentos públicos que, por não conhecerem bem as novas regras, deixaram as pessoas entrar, mostrando apenas o código de saúde. Tudo isto afecta a concretização dos trabalhos. Para otimizar o sistema local de prevenção de epidemias, reforçar a confiança dos cidadãos nas respectivas medidas e promover o cumprimento da medida "Código de Local", apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar a divulgação para elevar o grau de reconhecimento das medidas

Muitos cidadãos já estão habituados a utilizar os códigos de saúde tradicionais, mas como desconhecem o "Código do Local", preocupam-se especialmente com o facto de a leitura dos Códigos de Saúde dos indivíduos processada pelos estabelecimentos poder ou não ser um risco para a privacidade dos seus dados pessoais, por isso, têm dúvidas sobre este método. Propõe-se então que, com base no equilíbrio entre as medidas de prevenção de epidemias e a protecção da privacidade pessoal, se reforce a promoção do "Código do Local" e se explique aos cidadãos as diferenças em relação ao "código de saúde",

salientando que a leitura do Código de Local pelos estabelecimentos não envolve quaisquer dados pessoais. Os estabelecimentos não podem, através dessa leitura, ver e consultar os registos das viagens das pessoas, para se aumentar a confiança e o grau de aceitação dos cidadãos em relação a este Código e à referida leitura, elevando-se a respectiva taxa de utilização global.

2. Assegurar a implementação adequada do “Código do Local”

O Ano Novo Lunar está a aproximar-se e os movimentos de pessoas são cada vez mais frequentes. Para aperfeiçoar os trabalhos de prevenção da epidemia, o Governo tem a intenção de estudar a possibilidade de promover o “Registo de Itinerários” nas entidades privadas. No entanto, há ainda alguns cidadãos, especialmente os idosos, que não utilizam telemóveis inteligentes nem a Internet, e que necessitam de proceder à operação de leitura do Código de Saúde para registar as suas viagens. Sugere-se às autoridades que forneçam, quanto antes, orientações sobre a leitura do Código de Local aos trabalhadores dos estabelecimentos privados, a fim de assegurar que estes possam ajudar, de forma adequada, as pessoas a registarem as suas deslocações. Ao mesmo tempo, há que alargar a cobertura da rede pública sem fios e criar condições favoráveis para a leitura em causa.

3. Aperfeiçoar o “Código de Local” para assegurar o rigor e facilitar a consulta dos itinerários

Propõe-se que, antes da aplicação do “Código de Local” a todos os estabelecimentos privados, seja efectuado, quanto antes, o *upgrade* do respectivo sistema, para evitar avarias caso se registre algum aumento da taxa da utilização do referido código, optimizando-se a função de consulta do registo de itinerários, para os cidadãos poderem consultar os registos das suas deslocações, e se assegurar o rigor desta medida.

Por último, a luta contra a epidemia exige a participação de toda a população. Aproveito esta oportunidade para agradecer às equipas de voluntários que colaboraram com o Governo, na prestação de apoio aos cidadãos no *download* e na promoção do “Sistema do Código de Saúde de Macau”; e apelo, mais uma vez, a toda a população de Macau para compreender e reconhecer a necessidade e a importância da implementação do “Código de Local”. Acredita-se que as medidas implementadas podem ajudar Macau a vencer as adversidades e a construir uma cidade saudável.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 24.01.2022

Segurança do trânsito e revisão da Lei do trânsito rodoviário

Desde o final do ano passado até ao início do corrente ano, registaram-se vários acidentes de viação em Macau: um táxi atropelou e causou a morte de um peão quando atravessava numa zebra; um camião embateu num motociclo, suspeitando-se de ter ultrapassado a linha contínua para a mudança de faixa e não ter cedido a passagem; e houve também peões atropelados por rádio-táxis e veículos particulares. Estes acidentes fizeram soar, mais uma vez, o alarme da segurança rodoviária.

Mesmo que só tivesse ocorrido apenas um acidente de viação já seria demasiado, quanto mais acidentes que provocam feridos e mortes. Segundo os dados do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), entre Janeiro e Novembro de 2021, registaram-se 11 700 acidentes de viação, um aumento de 27% relativamente ao período homólogo do ano passado; 3 368 autuações por desrespeito aos semáforos, um aumento de 22% relativamente ao período homólogo do ano anterior; 10 333 casos de incumprimento da sinalização, um aumento de 100% em comparação com o período homólogo do ano anterior; 2 069 casos de utilização de telemóvel durante a condução; 1 117 casos de não cedência de passagem pelos condutores; e 776 casos de atravessamento ilegal de vias pelos peões, o que demonstra que é preciso reforçar a consciência sobre a segurança rodoviária dos condutores e dos peões.

Em Macau, há muitos veículos e pessoas, e as vias são estreitas, portanto, se a consciência sobre a segurança rodoviária e o cumprimento da lei for fraca, facilmente ocorrem acidentes. Tendo em conta o aumento dos acidentes de viação e a tendência de aumento de algumas condutas de condução perigosa, espero que o Governo reforce a divulgação sobre a segurança rodoviária e a execução da lei, e continue a combater os diversos tipos de condução perigosa, para elevar a consciência dos residentes. A concepção irracional e não científica de algumas instalações de trânsito é uma das causas dos acidentes, por isso, o Governo deve proceder a uma inspecção geral, melhorar as instalações quer de trânsito quer complementares nas proximidades dos pontos negros de acidentes, acelerar a optimização das passadeiras com problemas segundo a respectiva premência, avaliar as instalações de travessia diagonal e promovê-las, caso surtam os devidos efeitos, nos cruzamentos que reúnam condições para tal. Pode estudar-se e tomar como referência as "zebras inteligentes" das cidades do Interior da China, que têm luzes instaladas no chão, sistemas de detecção de peões, sensores inteligentes para identificação do corpo humano, etc. À noite e quando chove, a visão não é boa, os peões nas zebras são automaticamente detectados e as luzes intermitentes avisam os veículos para reduzir a velocidade. A longo prazo, o planeamento da gestão da segurança rodoviária deve ser melhorado de acordo com o plano director e a situação real dos veículos e das estradas locais, e os recursos devem ser atribuídos de forma científica e razoável, para que as

passagens superiores para peões, os viadutos e os túneis sejam construídos nas estradas que reúnem condições, com vista a separar o trânsito de peões do trânsito de veículos e aumentar a segurança rodoviária.

Mais, em Janeiro de 2019, o Governo realizou a consulta pública sobre a revisão da Lei do trânsito rodoviário, e em Setembro, divulgou o relatório final, que demonstra que os residentes, na maioria, estão a favor do agravamento da moldura penal para a condução em embriaguez, sob influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, sob influência de álcool e em excesso de velocidade. As opiniões são favoráveis ao agravamento da sanção para o incumprimento da obrigação de parar e a não cedência de passagem aos peões, e à proibição do uso da função de “mãos-livres” do telemóvel na condução de automóveis pesados. 70 por cento das opiniões são favoráveis à introdução do sistema de pontuação sobre as infracções. O Governo afirmou que ia estudar os resultados da consulta, mas já se passaram dois anos, e não houve mais informações, nem calendarização para o processo legislativo. Espero que o Governo acelere o estudo, para agravar, quanto antes, as referidas sanções para os comportamentos que põem em causa a segurança rodoviária, e reforçar os efeitos dissuasores.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 24.01.2022

Esperança na contribuição do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas para o desenvolvimento dos profissionais de saúde locais

No final do ano passado, o Governo da RAEM assinou um memorando de cooperação com o Peking Union Medical Hospital, para a operação, gestão e prestação de serviços do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas. A sociedade deposita grandes expectativas na promoção de legislação específica, por parte do Governo, respeitando-se o sistema jurídico local. No entanto, é de salientar que tem sempre havido falta de profissionais de saúde especializados em Macau, por isso, a sociedade está muito atenta em relação à possibilidade de os profissionais de saúde conseguirem satisfazer as necessidades no futuro.

Quanto ao pessoal de enfermagem, o Governo estabeleceu, no Segundo Plano Quinquenal, atingir até 2025 a meta de 4,2 enfermeiros por 1000 habitantes, estando um pouco aquém os actuais 3,8. Com a recente integração do Instituto de Enfermagem Kiang Wu no Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e a colaboração entre o Instituto Politécnico de Macau e a Universidade de Pequim, no ano passado, o aumento do número de alunos conseguiu aliviar a escassez de recursos humanos na área da enfermagem. No entanto, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas vai ser concluído e entrar em funcionamento faseadamente em 2024, portanto, daqui a menos de 3 anos, e nessa altura, vai haver uma grande falta de recursos humanos, o que demonstra que a respectiva formação é premente.

Além disso, a Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura afirmou na Assembleia Legislativa que os médicos especialistas continuam a ser insuficientes. Nos últimos anos, o sistema público de saúde tem aberto concursos para os internatos complementares e, no futuro, o Peking Union Medical Hospital vai prestar apoio à formação de médicos especialistas no Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas. Do mesmo modo, os profissionais de saúde das entidades privadas e sem fins lucrativos também necessitam de formação especializada, coincidentemente com a “Regulamentação do procedimento da formação médica e em enfermagem especializadas”, que entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro, e tanto a sociedade como os profissionais do sector esperam que o Governo acelere os trabalhos de formação de médicos especialistas.

Assim, apresento as seguintes três sugestões:

1. Definir e divulgar, com a maior brevidade possível, os pormenores do recrutamento de pessoal da área de saúde do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas. De acordo com o plano preliminar divulgado pelo Governo, o *Peking Union Medical College Hospital* vai ser responsável pela formação do pessoal médico e de enfermagem, mas como ainda não existem soluções definitivas quanto ao recrutamento e à avaliação dos profissionais de saúde, espero que o Governo conclua, quanto antes, a elaboração dos respectivos diplomas legais e divulgue os pormenores, para que os profissionais de saúde e os estudantes que estão a frequentar o curso de medicina possam preparar-se melhor para a sua vida

profissional no futuro.

2. Desenvolver os trabalhos da formação de médicos e enfermeiros especialistas. Com a entrada em vigor da “Regulamentação do procedimento da formação médica e em enfermagem especializadas” e com a conclusão, em breve, do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, sugiro às autoridades competentes que proporcionem mais formação especializada a todos os profissionais de saúde de Macau, impulsionem o desenvolvimento profissional e os programas de estágio, e aumentem as instituições e bases de estágio, para acelerar o aumento da qualidade dos cuidados de saúde de Macau.

3. Revisão e aperfeiçoamento do regime das carreiras dos profissionais de saúde para atrair talentos. Um bom ambiente profissional é um meio importante para atrair e reter os melhores profissionais de saúde. Sugere-se ao Governo que acelere a avaliação e revisão do regime das carreiras dos profissionais de saúde dos sectores público e privado e das entidades sem fins lucrativos, equilibrando a promoção profissional, as remunerações e as regalias dos profissionais de saúde dos sectores público e privado, incluindo os do futuro Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, em prol do desenvolvimento da saúde sustentada pelos sectores público e privado e pelas entidades sem fins lucrativos.

4. Avaliar, atempadamente as necessidades dos profissionais de saúde. Tendo em conta o envelhecimento da população, os cuidados de saúde na zona A e no “Novo Bairro de Macau”, a redução dos finalistas do ensino secundário complementar e a concorrência entre os talentos profissionais, a capacidade de resposta dos recursos humanos da área da saúde às necessidades futuras merece a nossa reflexão. Mais, de acordo com o vigente Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde, só é permitida a introdução de profissionais por um curto período de tempo e os trabalhadores não locais não podem inscrever-se. Sugere-se à Comissão de Desenvolvimento de Talentos que proceda, atempadamente, a uma avaliação das necessidades de profissionais de saúde e que se inteire, por completo, dessas necessidades, para se conseguir a “introdução de profissionais com precisão” e a “formação de profissionais com precisão”, a fim de satisfazer as necessidades de serviços de saúde.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 24.01.2022

Reforçar o sistema de governação nos bairros comunitários e consolidar a rede de segurança e protecção

Nas LAG para este ano, o Governo da RAEM refere o reforço da construção de um “Governo Digital”, com vista a aumentar a eficiência da máquina administrativa. Refere também a aceleração da construção da rede 5G para promover a utilização de aplicações inteligentes em diversas vertentes e o desenvolvimento da cidade inteligente.

Macau tem uma área reduzida, muitas pessoas e uma elevada densidade populacional, portanto, é adequado desenvolver uma cidade inteligente, o que pode contribuir para o desenvolvimento económico e para a disponibilização de serviços diversificados para facilitar a vida à população, assim como para a inovação da gestão urbana. Contudo, o desenvolvimento da cidade inteligente em Macau é lento e depara-se com diversas restrições.

Veja-se o exemplo da gestão comunitária, onde existem diversos problemas, como insuficiências ao nível da gestão predial; falta de manutenção das instalações; ligações caóticas das tubagens de água e de electricidade; riscos de higiene acrescidos devido ao despejamento arbitrário de lixo; questões relativas à segurança devido à presença de prostituição nas ruas, situações de permanência fora do prazo, etc.

Todas estas questões têm impacto negativo na governação da cidade e facilmente se transformam numa lacuna no combate à pandemia, criando-se uma crise maior.

Entendo que o Governo deve prestar atenção a estes problemas e acelerar o aperfeiçoamento da gestão comunitária. Pode-se tomar como referência as experiências de rasterização que o País tem vindo a implementar ao longo dos anos.

Na verdade, a gestão comunitária através de rasterização foi, em 2014, formulada pelo País e, através da inovação do sistema de gestão social, da gestão por forma de rasterização e da socialização dos serviços, aperfeiçoa-se a plataforma de gestão integrada dos serviços de base.

Ao longo dos anos, o sistema de gestão através de rasterização tem sido amadurecido e aplicado em várias cidades. Este sistema recolhe e agrupa as informações de cinco elementos - pessoas, localizações, assuntos, coisas e organizações -, para depois criar um mapa visual do Sistema de informação geográfica, como uma base de dados dinâmica sobre as informações demográficas e sociais das regiões, a fim de fornecer aos cidadãos serviços de alta qualidade, convenientes e eficientes.

Com base nisso, foi criada a plataforma de interacção com a população, respondendo atempadamente às suas solicitações. Além disso, recorreu-se ainda à organização e à estatística de dados para prevenir, controlar, fiscalizar e gerir os incidentes emergentes, concretizando-se a “zero distância” dos serviços sociais, a “plena cobertura” da gestão

social e a “resposta” a todas as solicitações da população.

Por exemplo, na gestão da segurança pública, concretizou-se uma gestão dinâmica através da plataforma de comando, reforçando-se a prevenção e o combate à criminalidade; quanto às solicitações da população, estabeleceram-se procedimentos padronizados de tratamento, com vista à sua resolução atempada; na prevenção da epidemia, procedeu-se, através de agregação sistemática de dados estatísticos, à estatística de diversos incidentes e à análise do fluxo de pessoas, para adoptar oportunamente medidas de prevenção eficazes.

Assim, a gestão através de rasterização é, por natureza, um modelo de gestão informatizada e digital, e consiste em utilizar as tecnologias modernas de Internet e as bases de dados para implementar uma gestão dinâmica, refinada e abrangente de cada pixel, para satisfazer eficientemente as necessidades da governação comunitária e dos residentes.

Sugiro ao Governo que aprenda com as experiências amadurecidas do Interior da China, e conjugue os sistemas, como o “IAM em contacto”, para lançar uma plataforma de gestão através de rasterização em nuvem, para proceder atempadamente à respectiva distribuição e tratamento consoante as situações, elevando-se assim a eficácia da cooperação interdepartamental.

Mais, o Governo pode ainda colaborar com as associações, criar, através da divisão e organização das tarefas, uma figura de contacto responsável pela colaboração ao nível da rasterização, e incluir nos respectivos gestores os actuais membros dos Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários, do Conselho Consultivo para os Assuntos Municipais, o chefe de contacto comunitário da PSP, o chefe de segurança comunitária do CB e as associações de serviços comunitários, para construir uma rede de segurança sólida para a governação comunitária.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Kou Kam Fai em 24.01.2022

Conhecer correctamente as causas da pressão e reforçar o planeamento da vida para enfrentar as adversidades

O País ajustou, em 2017, a política de admissão recomendada de estudantes de Macau pelas instituições de ensino superior do Interior da China, o número e as vagas dessas instituições têm aumentado todos os anos e quase todos os cursos estão abertos aos estudantes de Macau, proporcionando-lhes mais opções e oportunidades. No ano lectivo de 2019/2020, entraram em vigor o “Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local” e as “Exigências das competências académicas básicas da educação regular do regime escolar local” aplicáveis às instituições de ensino não superior, o que elevou a qualidade quer da educação quer do ensino nas escolas. Com a aplicação de diversas políticas, os finalistas do ensino secundário têm vantagens óbvias no prosseguimento de estudos, e a taxa de acesso ao ensino superior atingiu 96,6%. O ensino não superior obteve excelentes resultados nos cursos, na eficácia da qualidade pedagógica, no controlo da taxa de reprovações e na elevação das vantagens de acesso ao ensino superior.

Segundo vários inquéritos realizados nos últimos anos, o número de casos de alunos afectados pelo *stress* tem vindo a aumentar. Consideramos que é necessário olhar para o problema com frontalidade. Em primeiro lugar, temos de conhecer correctamente as causas do *stress* dos alunos e, depois, encontrar as soluções adequadas. Os alunos vão à escola todos os dias, fazem os trabalhos de casa e as provas, mas também têm o seu próprio convívio social, a sua vida familiar, e realizam todo o tipo de actividades dentro e fora da escola. Que eu saiba, muitos dos problemas que afligem os alunos têm origem em conflitos resultantes da sua vida nas várias vertentes. Durante a epidemia, os alunos enfrentam mais incertezas e os problemas sobressaem cada vez mais.

Face à referida situação, o Governo criou, no início do ano passado, o “*Grupo de trabalho para o acompanhamento da saúde física e mental dos jovens – Transportar o amor*”. Os Serviços de Saúde têm dado atenção aos riscos que os jovens alunos enfrentam e aos casos ocultos, e disponibilizaram uma “via verde” para as escolas e instituições poderem encaminhar directamente os casos, no sentido de prestar apoio adequado aos jovens. Isto é um bom começo e esperamos que o grupo desempenhe as suas funções de prevenção, controlo e cooperação conjunta, prevenindo os problemas decorrentes da pressão entre os alunos.

Perante as causas da pressão que os alunos enfrentam, propomos o reforço do planeamento da sua vida nos diferentes níveis de ensino. As escolas e os pais devem colaborar na definição de objectivos de curto, médio e longo prazo para apoiar os alunos a tornarem-se os futuros líderes da sociedade. Ao mesmo tempo, há que aumentar a capacidade de resistência dos alunos à pressão, pelo que sugerimos ao Governo que defina directrizes curriculares para os alunos saberem “remar contra a maré”, e as escolas devem elaborar os seus próprios currículos no sentido de reforçar a capacidade dos alunos para resolverem os seus problemas, e em conjugação com diferentes actividades sociais,

promover os conhecimentos sobre a sociedade, para que os alunos tenham iniciativa e coragem para assumir o seu papel e as suas responsabilidades.

Além disso, os pais devem crescer com os filhos, e ajustar as suas formas de educação. Como é costume dizer-se, exagerar é pior do que o desfazer, portanto, as regras excessivas e a indiferença podem facilmente resultar em situações insatisfatórias. Sugere-se que as escolas criem grupos de apoio à saúde física e mental dos alunos com a colaboração entre a família e a escola, estabeleçam mecanismos eficientes de cooperação e comunicação entre ambas, promovam a aprendizagem e o intercâmbio mútuos e explorem em conjunto métodos educacionais para o crescimento saudável dos alunos.

Face à tensa situação da epidemia nas regiões vizinhas, as escolas de Macau que reúnem condições já começaram antecipadamente os feriados do Ano Novo Lunar e o período de férias dos alunos foi prolongado. Apelamos aqui às escolas, pais e todos os sectores da sociedade para prestarem mais atenção à saúde física e mental dos alunos, e lhes prestem todo o tipo de apoio. O caminho que percorremos talvez não seja fácil, mas a preocupação com os alunos é permanente. Espero que todos aproveitem a confiança e a determinação de que “podem cavalgar ao vento e quebrar milhares de quilómetros de ondas e pendurar as velas no alto das nuvens e avançar corajosamente no mar”, juntado sabedorias e trabalhando em conjunto para contribuir, com as nossas sugestões e esforços, no apoio ao crescimento saudável dos alunos.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 24.01.2022

Aquando da produção da lei sindical, há que reflectir profundamente sobre as funções do Conselho Permanente de Concertação Social

Recentemente, foi concluída a consulta pública sobre a lei sindical. A meu ver, durante a produção da lei em causa, existem duas questões a que não se pode fugir. A primeira tem a ver com a legislação sobre os três direitos laborais, isto é, o direito de associação, o direito de negociação colectiva e o direito à greve. Que atitude e que forma é que o Governo vai adoptar para a sua promoção? Tal legislação vai ser feita “de uma só vez”, ou de forma faseada? A segunda é a seguinte: deve incluir-se, no preceito legal em concreto sobre os referidos três direitos laborais, as funções do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS)? E como é que as mesmas vão ser regulamentadas e desenvolvidas?

Criado em 1987, o CPCS tem como finalidade “contribuir para o desenvolvimento de relações socio-laborais harmónicas e para uma distribuição justa e equilibrada dos frutos do crescimento económico do Território, propiciadora de significativos progressos no plano social.” Após a sua criação, o CPCS assumiu um papel activo no tratamento de conflitos entre empregadores e trabalhadores, na coordenação das suas relações, na promoção do desenvolvimento económico, e na criação de uma sociedade estável e harmonizada, razão pela qual a Lei Básica prevê, no seu artigo 115.º, que “a RAEM dispõe de uma organização de concertação de carácter consultivo, constituída por representantes do Governo, das associações patronais e das associações de trabalhadores”, o que significa um reconhecimento das funções do CPCS.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) dá elevado reconhecimento ao CPCS, um mecanismo que permite o diálogo social entre as três partes, e considera que este é um mecanismo destinado a resolver problemas e um meio para a concretização da equidade social, eficiência económica e participação democrática, revestindo-se de relevância especial para a protecção dos direitos dos trabalhadores, para a promoção da fixação de salários, e para a melhoria das condições de trabalho e promoção de empresas sustentáveis. Dos 187 membros da OIT, 161 dispõem de órgãos de diálogo social ao nível nacional. No Interior da China, foram divulgadas, em 2015, as Opiniões sobre a construção de uma relação de trabalho harmoniosa, com a finalidade de, através de aperfeiçoamento das funções do mecanismo de diálogo entre três partes, melhorar o regime de trabalho, e maximizar os papéis cruciais desempenhados pelos Governo, sindicato e organização representativa da empresa no estudo e resolução conjuntos dos grandes conflitos nas relações de trabalho. Em 2021, a *All-China Federation of Trade Unions* divulgou o “14.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento sobre as Actividades e os Trabalhos dos Sindicatos da China”, no qual se propõe o aperfeiçoamento do sistema tripartido de concertação das relações de trabalho, e o empenho na criação de um regime de vários níveis, multifacetado e institucionalizado, para a negociação e concertação das relações de trabalho. Tudo isto reflecte a importância do CPCS.

Em Macau, a posição do CPCS parece enfraquecida. Na altura da governação

portuguesa, o seu presidente era o governador, mas agora, este cargo é assumido pelo Secretário para a Economia e Finanças, por delegação do Chefe do Executivo. As relações laborais são as relações sociais mais básicas e mais importantes da vida socioeconómica. Como é que o CPCS pode desempenhar plenamente o seu papel sem que lhe seja dada a devida atenção? Ao CPCS falta um mecanismo de planeamento para avançar, que faz com que não tenha um rumo claro para a sua construção, e um mecanismo de revisão para “olhar para trás”, pois, ao longo destes 35 anos, nunca se viu nenhuma conclusão sobre o seu sucesso ou fracasso. Assim, como é que se pode alcançar a eficiência através da inovação dos regimes e dos modelos de trabalho? Nos relatórios das LAG de 2015, 2016 e 2011, refere-se o reforço da construção do CPCS, mas, será que essa promessa já foi cumprida? Quais foram as melhorias introduzidas? A sociedade não sabe.

Segundo os “Esclarecimentos relativos ao ‘Projecto da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China’ e aos respectivos documentos e trabalhos de redacção”, as competências da referida organização são definidas pelo próprio Governo da RAEM. O vigente diploma que aprova a lei orgânica do Conselho Permanente de Concertação Social foi estabelecido antes do Retorno à Pátria. Assim, sugiro ao Governo que avance com os trabalhos legislativos referentes aos três direitos laborais essenciais, sobretudo os referentes à lei sindical, no sentido de adoptar uma ponderação prospectiva para se concretizar, plenamente, as funções do Conselho de Concertação (consultadoria e concertação), regulando, em concreto, esta matéria na lei sindical, o que, para além do respeito pela história, consubstancia um aperfeiçoamento, nos termos legais e em conjugação com as práticas, dos mecanismos e regimes complementares destinados à aplicação da Lei Básica de Macau. Trata-se, pois, de uma medida que é necessária à construção da legislação à luz da governação de Macau de acordo com a lei e que pode contribuir para a articulação com o mundo internacional. É também uma medida crucial baseada na realidade e com recurso a diversos meios, designadamente, “institucionalização”, “regulamentação” e “padronização de procedimentos”, para reforçar o diálogo social (conciliação ou negociação), concretizando e executando a “Convenção relativa às consultas tripartidas destinadas a promover a execução das normas internacionais do trabalho” e a legislação vigente em matéria laboral, com vista a prevenir, reduzir e evitar conflitos sociais (greves ou abrandamento da produtividade); a aumentar a qualidade da cooperação social, a estabilidade social e o desenvolvimento sustentável das empresas; e a concretizar a dignidade laboral dos trabalhadores.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 24.01.2022

Reforçar a prevenção da epidemia nos serviços postais ao nível internacional

Segundo informações recentes, nos casos confirmados de Covid-19 nas regiões vizinhas, houve casos de Ómicron devido a contacto com encomendas postais internacionais contaminadas, o que despertou a atenção da sociedade.

De acordo com especialistas em desinfeção do Centro de Controlo e Prevenção de Doenças da China, se houver vírus na encomenda e se o trabalhador do transporte internacional tossir ou aspirar sem máscara sobre a sua superfície, então as substâncias orgânicas das gotículas salivares vão preservar o vírus na superfície da encomenda; e, como agora é Inverno no hemisfério norte, o vírus vai conseguir sobreviver por muito mais tempo. Se a encomenda for transportada por via aérea, o que demora menos tempo, e se os cidadãos contactarem com a superfície dessa embalagem, é provável que haja risco de infecção.

As compras no estrangeiro fazem parte do quotidiano de muitos cidadãos, e alguns necessitam de enviar encomendas a familiares e amigos no estrangeiro, durante a epidemia. As mutações da Ómicron são altamente contagiosas, agravando a situação epidémica em todo o mundo. Assim, o transporte transfronteiriço de encomendas vai ser muito provavelmente um novo “suporte” de transmissão da Covid-19, com risco de “transmissão do vírus por objectos ao ser humano”. Com a normalização da prevenção epidémica e o rápido desenvolvimento dos serviços de entrega rápida, o pessoal do sector logístico e de transporte está a sofrer uma dupla pressão, face ao aumento das encomendas postais e à prevenção e controlo da epidemia.

Na minha opinião, as autoridades devem tomar medidas adequadas para evitar que o novo coronavírus chegue aos bairros comunitários por meio de correio internacional e minimizar o risco de contágio por profissionais de logística, sem prejuízo da recepção de encomendas internacionais por parte dos cidadãos.

1. Reforçar as medidas de prevenção em relação aos pacotes ou embalagens postais. Os serviços competentes devem instar as empresas de logística a executar rigorosamente os procedimentos de desinfeção, aumentar a frequência das desinfeções em várias etapas do trabalho, efectuar a desinfeção total dos veículos de transporte de pacotes postais e das coberturas para proteger da chuva, bem como das encomendas após a chegada dos veículos de transporte ao armazém, para reforço da prevenção da epidemia. Mais, muitas pessoas recorrem às caixas postais dos correios para receber pacotes ou embalagens, a fim de evitar contactos com os respectivos trabalhadores, por isso, as autoridades devem apelar às empresas de logística para reforçarem os trabalhos de desinfeção dos objectos dentro das encomendas.

2. Testes de ácido nucleico às pessoas que recebem pacotes ou embalagens internacionais. Com vista a prevenir eficazmente o risco de propagação comunitária do coronavírus nos pacotes postais internacionais, Guangzhou e Shenzhen já exigem testes periódicos de ácido nucleico aos cidadãos que recebem correio internacional. Macau também pode tomar como referência as experiências das regiões vizinhas e tomar medidas de “prevenção da propagação do coronavírus através de pessoas e mercadorias”. Além da desinfecção dos pacotes postais, as pessoas que os recebem e o pessoal da linha de frente que trata desses pacotes com alto risco devem estar sujeitos, periodicamente, a testes de ácido nucleico, a fim de reduzir o risco de propagação do coronavírus nas zonas comunitárias.

3. Reforçar a campanha de combate à epidemia causada pela transmissão por pacotes ou embalagens postais. As pessoas, ao levantar os pacotes, devem usar máscara, e a abertura dos pacotes deve ser feita ao ar livre. Mais, há que efectuar a desinfecção dos objectos contidos nos pacotes ou embalagens e, depois de tratar das embalagens, é preciso lavar as mãos com cuidado.

Controlar a epidemia a partir da fonte, proteger a saúde dos cidadãos e fazer com que os turistas possam vir a Macau com tranquilidade são meios possíveis para assegurar a economia e o emprego de Macau. Assim, o Governo deve colmatar todas as lacunas na prevenção da epidemia, incluindo os riscos da propagação do vírus e eventuais infecções por causa dos pacotes postais, e aperfeiçoar, de forma contínua, as medidas de combate à epidemia em Macau. Mais, espero que a população em geral possa prestar a sua colaboração e apoio.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 24.01.2022

Cumprir rigorosamente as políticas de prevenção da epidemia e aumentar a taxa de vacinação

Recentemente, a situação da epidemia agravou-se, pois, até às 00h00 de 21 de Janeiro, existiam no País, respectivamente, 18 e 79 zonas de alto e médio risco. O número de casos confirmados ao nível mundial tem batido o recorde, e o vírus está constantemente a mudar, não se verificando assim sinais de que a epidemia possa acabar num curto prazo.

Nas regiões vizinhas, como Zhuhai, Zhongshan, Shenzhen e Hong Kong, registaram-se novos casos confirmados, e as vias de transmissão são muito diversas, o que deixa as pessoas preocupadas. Apelei várias vezes no hemiciclo aos residentes para se articularem com as medidas de prevenção do Governo e tomarem, quanto antes, as vacinas ou a dose de reforço, para reforçar a barreira imunológica colectiva e reduzir os casos graves.

Na 10.^a reunião realizada em 13 de Janeiro deste ano, a Comissão sobre os incidentes súbitos da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicou o seguinte: “Cerca de dois anos após a 1.^a reunião desta Comissão, a epidemia da Covid-19 continua a trazer desafios... para o contexto epidemiológico global, incluindo os factores de transmissão da Ómicron, as variantes, e a evolução constante do vírus nos animais e nos humanos. Neste momento, as vacinas continuam a ser eficazes para reduzir as doenças graves e os riscos de morte por Covid-19, mas não conseguem eliminar totalmente os riscos da propagação das variantes. É fundamental coordenar e uniformizar as estratégias mundiais para proteger efectivamente os grupos de alto risco no mundo todo, nomeadamente, os oriundos dos países com taxa de vacinação inferior a 10 por cento. Dada a evolução constante do vírus, sugere-se aos Estados Partes que, atendendo ao apelo da OMS, sejam vacinados, até Julho de 2022, pelo menos 70 por cento da sua população, e que se inclua a administração de vacinas contra Covid-19 nos cuidados de saúde regulares”.

A variante Ómicron do novo coronavírus já está a sobrecarregar o sistema de saúde dos países europeus e americanos, porque os recursos humanos e as instalações na maioria dos hospitais são insuficientes devido ao aumento repentino da taxa de internamento.

De acordo com os dados estatísticos dos Serviços de Saúde, actualmente, a taxa global de vacinação em Macau (vacinação com duas doses) é de apenas 73,57 por cento. Segundo os números sobre a quantidade de vacinas administradas até 19 de Janeiro de 2022, ao nível mundial, a taxa de vacinação para o novo coronavírus era de 86 por cento, no nosso País, 92 por cento, nos Emirados Árabes Unidos, 90 por cento, em Portugal, 87 por cento em Singapura, 79 por cento, no Japão, 78 por cento, na Malásia, 70 por cento, no Reino Unido, e 63 por cento em Hong Kong e nos Estados Unidos. Devido a essa elevada taxa geral de vacinação, os países vizinhos que adoptaram medidas rigorosas, por exemplo, Singapura e Malásia, seguiram novamente a política de abertura e livre passagem nas suas fronteiras. Singapura também aplicou a medida de afixação de autocolantes nos passaportes para os visitantes que foram vacinados e obtiveram o respectivo certificado

válido, de modo a poderem gozar o mesmo tratamento dos residentes locais que concluíram a vacinação. Por outro lado, em alguns países do Norte da Europa, a taxa de vacinação atingiu 90 por cento e, nos países da União Europeia, também foram lançados passaportes de vacinas, dispensando a restrição de isolamento ou reduzindo o número de dias de isolamento para os que foram vacinados. Prevê-se que a taxa de vacinação em Macau venha a aumentar e, se a taxa de cobertura for superior a 90 por cento, poderá ser eliminada, ou parcialmente limitada, a restrição de viagem a outras partes do mundo.

Assim, apelo mais uma vez aos cidadãos para que se vacinem o mais cedo possível. A prevenção e o controlo da epidemia devem começar pelos indivíduos. Com a aproximação do Ano Novo Lunar, durante a quadra festiva, os indivíduos devem tomar todas as medidas de prevenção e controlo contra a epidemia, evitar a concentração de pessoas, lavar frequentemente as mãos, usar máscara e reduzir os riscos de transmissão do vírus.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 24.01.2022

Optimização dos serviços de lares para melhorar o sistema de cuidados para idosos e pessoas portadoras de deficiência

Para prestar serviços de cuidados adequados e promover a construção de uma sociedade amigável, inclusiva e equitativa, o Governo, através da criação de um mecanismo eficiente de longo prazo para a protecção dos idosos e da definição dos planos decenais do desenvolvimento dos serviços de idosos e de reabilitação, desenvolveu muito trabalho na prestação de cuidados e apoio aos idosos e aos portadores de deficiência. Mas é de salientar que, segundo o relatório da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, em 2011, a população idosa atingia 82,8 mil pessoas, mais do dobro do registado dez anos antes, com uma percentagem que alcançava 12,1 por cento. Segundo os dados do Instituto de Acção Social, até ao final do ano passado, eram 15 658 os portadores de “cartão de registo de avaliação de deficiência”, dos quais cerca de 5400 portadores de deficiência grave ou profunda. Pode-se ver que, com as alterações demográficas e o desenvolvimento da sociedade, a procura dos serviços está a aumentar. O Governo deve continuar a otimizar a política de cuidados aos grupos vulneráveis, para que estes possam receber apoio adequado, aliviando a pressão dos cuidadores.

Primeiro, tendo em conta as necessidades, foram aumentadas as vagas nos lares e o serviço de cuidados diurnos/cuidados temporários. Segundo muitos residentes, o tempo de espera para os lares de idosos é relativamente longo, muitos deles apresentam falta de capacidade para cuidar de si próprios ou incapacidade grave, e os seus familiares dificilmente conseguem cuidar deles, portanto a sociedade envelhecida vai agravar os respectivos problemas; segundo o “Estudo sobre a situação de vida dos idosos e a procura dos serviços de cuidados permanentes”, a procura dos lares de idosos de Macau é de 3,75 por cento, e espero que o Governo, para além de concretizar o plano de construção de mais lares de idosos na zona A dos novos aterros, continue a procurar terrenos para a construção de centros de serviços temporários com mais vagas, investir mais recursos para estabilizar a mão-de-obra das instituições prestadoras de serviços de cuidados e, através de estudos, introduzir mais cuidados de saúde inteligentes, aumentar a taxa de cobertura dos cuidados permanentes, diminuir as despesas com os cuidados de saúde, diminuir a pressão dos profissionais de saúde e elevar e assegurar a qualidade dos serviços prestados.

Ao mesmo tempo, as pessoas portadoras de deficiência mental e os seus cuidadores estão a entrar numa fase de envelhecimento, problema que merece especial atenção. Com os esforços envidados pelas autoridades, vão ser aumentadas as vagas para o alojamento e os serviços de dia para os portadores de deficiência mental, mas muitos pais idosos ainda estão preocupados com a possibilidade de não terem força física suficiente para cuidar dos filhos e também com os seus futuros arranjos de vida, por isso têm grande necessidade de serviços. Assim, as autoridades devem aperfeiçoar os diversos tipos de lares e instalações, com vista a proporcionar apoio adequado às famílias com duplo envelhecimento.

Mais, muitos cuidadores familiares assumem grandes responsabilidades na prestação de cuidados, e o modelo dessa prestação contribui para reduzir as despesas públicas do Governo no âmbito dos serviços sociais e de saúde, e o Governo continua a otimizar o apoio aos cuidadores. Tendo em conta as experiências colhidas na primeira fase do plano piloto do subsídio para cuidadores, o Governo afirmou que ia rever e expandir o âmbito dos beneficiários, reexaminar os critérios para pessoas acamadas de longo prazo que não se podem sentar e ficar de pé sozinhas, o que merece o nosso reconhecimento. Espero que o Governo melhore os critérios de avaliação e o montante do subsídio para cuidadores, dando mais apoio concreto às famílias com necessidades. Para além do apoio económico, solicito ao Governo que aperfeiçoe o serviço de descanso dos cuidadores, o programa de apoio domiciliário, etc., reveja, de forma contínua, a situação de utilização e o número de vagas dos respectivos serviços, bem como as disposições sobre os beneficiários e os critérios dos serviços, assim como, através da cooperação com as associações de serviço social, reforce o apoio e os canais para cuidar dos cuidadores, para que estes possam ter em conta a sua vida e para prestar-lhes cuidados, aliviando-lhes a pressão.

Fazer mais para conter a epidemia e criar condições para recuperar o turismo

Recentemente, surgiu uma nova vaga da epidemia de coronavírus nas regiões vizinhas, e o Governo da RAEM tomou medidas decisivas e oportunas para aumentar o nível de protecção. Este é o trabalho do nosso Governo para reforçar a prevenção e o controlo da epidemia, oferecendo, assim, garantias de segurança quer aos residentes e turistas, quer à nossa cidade. A sociedade de Macau tem apoiado activamente as medidas de prevenção e controlo da epidemia lançadas pelo Governo, e está preparada para enfrentar as adversidades. A epidemia tem grande impacto na sociedade, pois faz aumentar a pressão das pequenas e médias empresas na exploração dos negócios e também do emprego da população, e, especialmente, a nova vaga da epidemia nas regiões vizinhas tem afectado as actividades turísticas e de consumo antes e depois das férias. Para os sectores do turismo, hotelaria, restauração, venda a retalho e transporte de passageiros, Macau está a sofrer uma pressão ainda maior, o que exerce um impacto negativo sobre a vida quotidiana da população.

O sector do turismo agradece ao Governo e à sociedade, pois aquele tem apoiado e ajudado o sector na procura de formas para atenuar o impacto provocado pela pandemia, e este último também tem vindo a adoptar medidas para aumentar as receitas e reduzir as despesas, estando a inovar-se. A chave para a recuperação do turismo reside na realização das actividades normais de turismo comercial e nas deslocações dos turistas a Macau. É muito importante reforçar o trabalho de prevenção e controlo da pandemia, e consolidar e melhorar o nome de Macau, dando aos turistas a garantia de ser uma cidade segura. Em articulação com as medidas de prevenção e controlo epidémicas, há que desenvolver a divulgação e a promoção de Macau nos locais de origem dos visitantes, a fim de criar melhores condições para acelerar a recuperação gradual do sector do turismo.

Neste momento, a situação epidémica continua instável, especialmente a forte transmissão da variante Ómicron, que representa um grande desafio para o trabalho de prevenção e controlo da epidemia em Macau. Não foi fácil conseguir os resultados do grande volume de trabalho desenvolvido na prevenção e controlo da epidemia pelos residentes de Macau com a liderança do Governo. É de salientar que é muito importante reforçar ainda mais a vacinação e acelerar a criação da barreira imunológica de grupo. O trabalho de prevenção da epidemia realizado pelo Governo necessita do esforço conjunto dos diversos sectores sociais e de toda a população de Macau, e da colaboração activa de todos. Devemos trabalhar em conjunto para criar condições mais favoráveis para acelerar o desenvolvimento económico e a recuperação turística, e garantir o emprego.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 24.01.2022

Aliviar a pressão económica da população é a melhor forma de impulsionar a economia

Depois de mais um ano de epidemia, a taxa de desemprego mantém-se elevada e os sectores ainda não conseguiram recuperar do seu impacto. O Governo promoveu 8 medidas de apoio financeiro e os serviços competentes lançaram programas culturais e recreativos, mas, embora com alguns resultados, os respectivos efeitos não são notórios e o âmbito de cobertura não deixa de ser insuficiente. Assim, o Governo, ao insistir na prevenção de epidemias, para além de ter em conta o número de infecções e de casos confirmados, não pode, de modo algum, ignorar o aumento dos preços dos bens de consumo, a subida da taxa de desemprego e a recuperação económica.

Com o ataque da variante Ómicron, que mais uma vez afectou o normal funcionamento dos postos fronteiriços de Zhuhai e de Macau, a expectativa de normalizar a passagem fronteiriça entre Hong Kong e Macau frustrou-se novamente. Nos últimos dias, houve um aumento do número de turistas em Macau, mas os benefícios económicos daí resultantes são limitados. As receitas do jogo de todo o ano não foram as estimadas, portanto, prevê-se que essas receitas no próximo ano continuem a ser indesejáveis. É consabido que, Macau, enquanto microssistema económico externo, se não tiver um mecanismo de passagem alfandegária estável, dificilmente voltará a ter um crescimento económico normal. Mas o Governo, a par da estimulação da procura e da circulação económica internas, reúne condições para fazer algo mais. Assim, apresento-lhe as seguintes sugestões:

1. Restituição total dos impostos quer para as pessoas quer para as empresas, incluindo sobre rendimentos, contribuição predial e arrendamento, etc., o que vai aliviar os encargos económicos e aumentar a capacidade de consumo das famílias da classe média, assim como aliviar a pressão das empresas, para evitar que estas encerrem, pois isso vai levar ao aumento da taxa de desemprego.

2. Recentemente, o Governo incentivou os proprietários a reduzirem o valor das rendas, mas a reacção não foi muito boa, por isso o Governo deve adoptar medidas concretas, por exemplo, reduzir o imposto sobre o arrendamento, pois isso vai influenciar directamente o valor das rendas no mercado e beneficiar os arrendatários, sendo uma forma de atenuar a pressão de empresas e lojistas, de promover o desenvolvimento das primeiras e de aumentar as oportunidades de emprego.

3. Tomando como referência as experiências de outros países e regiões, o Governo deve tomar a iniciativa de criar um sistema de garantia de créditos, a fim de fornecer garantias de financiamento às empresas locais que preencham os requisitos necessários e que estejam em fase de crescimento. Isso vai beneficiar o ambiente de financiamento das empresas locais e das PME, e promover o desenvolvimento e a recuperação económica. A criação deste sistema irá fazer aumentar a capacidade e a iniciativa dos bancos para prestar apoio financeiro às empresas locais e às PME, e ainda promover a diversificação adequada

da economia, garantindo a sobrevivência daquelas e os respectivos postos de trabalho.

4. O Governo tem de apoiar o desenvolvimento da indústria do comércio electrónico transfronteiriço, o que eu disse várias vezes, empenhando-se em proporcionar condições favoráveis para o desalfandegamento aduaneiro, a concessão de benefícios fiscais, etc.; saídas para as empresas locais com a concretização da diversificação industrial e aumento do número de postos de trabalho no mercado.

O Governo disse que ia ultrapassar as dificuldades em conjunto com a população, mas espero que isto não seja apenas um “slogan”. No contexto da crise económica mundial, atenuar a pressão económica e a da vida da população é a melhor forma de impulsionar a economia. Esperemos que o Governo possa, através de apoios e políticas, demonstrar a sua efectiva assunção de responsabilidades perante a sociedade, em prol da ultrapassagem das dificuldades dos cidadãos.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 24.01.2022

Fazer bem o registo dos itinerários no Código de Saúde e otimizar as funções do respectivo sistema

Para combater eficazmente a epidemia, acelerar a identificação e gestão de grupos de risco, e aumentar a eficiência da luta, o Governo lançou recentemente um dispositivo móvel designado “Código de Saúde de Macau”. Comparando com o “Código de Saúde” da versão da *web*, além da função de declaração de saúde, foram acrescentadas nessa aplicação duas novas funções: o registo de itinerários e a verificação de risco. Mas há ainda muitos cidadãos que não descarregaram ou não sabem utilizar esta aplicação, por isso, as autoridades devem continuar a promover o serviço do dispositivo móvel e prestar apoio às pessoas que precisam.

Tendo em conta a mudança da situação epidémica e a necessidade de prevenção, as autoridades emitiram, recentemente, orientações a todos os cidadãos e trabalhadores da função pública para, nas deslocações a Serviços públicos, digitalizarem o “código QR de registo de itinerário” ou, através do “sistema de *scan*”, permitir efectuar o registo do seu percurso, sob pena de não poderem entrar no local. Em muitos lugares, por exemplo, nos transportes públicos, estabelecimentos de comes e bebes, e lojas, os cidadãos podem fazer o registo do seu paradeiro através do “código de itinerário”. Apesar de trazer certa inconveniência aos cidadãos, durante a investigação epidemiológica, o registo do itinerário através do telemóvel ajuda as pessoas a recordar com exactidão as suas deslocações recentes, o que muito contribui para a prevenção da epidemia. Espero que os cidadãos possam cooperar activamente.

O Governo já solicitou a todos os serviços públicos que apoiem os cidadãos a descarregar a aplicação móvel, para poderem fazer o *scan* do código QR. Os diversos sectores também estão a colaborar activamente, pois muitas associações e voluntários estão em diversas zonas para promover esta medida, ajudando os cidadãos, especialmente os idosos, a descarregar a aplicação do “Código de Saúde” para o telemóvel, a fim de ajudar o público a adaptar-se às novas medidas e desenvolver em conjunto os trabalhos de prevenção da pandemia.

Mas ainda há margem para melhorias. Por exemplo, o sistema de códigos de saúde tem tido várias avarias e, embora o Governo tenha aumentado a capacidade da base de dados, com o aumento brusco de utentes, há que aumentar a estabilidade do sistema. Mais, muitos locais ainda não dispõem de “leitura do código de forma passiva”, isto é, os estabelecimentos é que fazem a leitura do código do visitante, método a ser disponibilizado aos idosos e pessoas sem telemóveis inteligentes, por isso as autoridades devem apoiar os estabelecimentos na promoção deste trabalho.

A aplicação para telemóvel do “Código de Saúde” pode gerar simultaneamente códigos para várias pessoas, mas não pode registar simultaneamente os locais visitados por várias pessoas, o que traz inconveniências. Muitos residentes utilizam o seu telemóvel para fazer o código de saúde dos filhos e dos pais, mas, como este método não consegue

(Tradução)

registar simultaneamente os itinerários de várias pessoas, é provável que estas tenham de utilizar um outro telemóvel para o fazer, ou então, fazer o *scan* várias vezes, o que é inconveniente. Espero que o Governo proceda aos devidos ajustamentos e optimização.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 24.01.2022

Definição do plano de apoio económico e melhoria do apoio ao emprego

De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, em Dezembro do ano passado houve 820 870 visitantes, representando um aumento mensal de 2,4 por cento e um aumento anual de 24,5 por cento. A população espera que esta situação favorável se mantenha no período do Ano Novo Chinês, em prol da recuperação económica de Macau. Mas, face ao novo surto da epidemia que teve lugar, há dias, nas cidades vizinhas de Zhuhai e Zhongshan, Macau tomou medidas rigorosas de prevenção e controlo. É previsível que isto tenha impacto no número de visitantes a curto prazo.

Como resultado das medidas de prevenção, até ao dia 20 deste mês, 19 044 indivíduos são obrigados a gerir, por si próprios, a saúde, visto que são portadores de Código de Saúde de cor amarela. Muitos são trabalhadores do sector do jogo, que, por causa do código de saúde amarelo, foram obrigados a tirar férias ou licença sem vencimento, cuja duração pode atingir 14 dias. Com a economia ainda não recuperada, a subsistência dos trabalhadores já está a ser afectada, e a referida situação torna a vida dos mesmos ainda mais difícil.

O Governo sublinhou que ia acompanhar de perto as mudanças socioeconómicas e tomar medidas atempadas e específicas, mas até agora ainda não divulgou os planos de resposta. Primeiro, é de salientar que reconheço que os fundos públicos são recursos financeiros limitados, e não há dúvida de que o princípio da utilização racional dos fundos públicos deve ser respeitado, independentemente do ambiente económico e da conjuntura social. Entretanto, a elaboração do orçamento deve basear-se nos princípios da economia, eficiência e eficácia, a fim de prestar serviços públicos de qualidade com a menor quantidade de recursos públicos e a um nível adequado, para que os objectivos definidos sejam alcançados. Por outras palavras, “gastar só quando é necessário” é também um dos princípios da utilização dos fundos públicos.

Este é o terceiro ano desde o surto da Covid-19. Muitos residentes estão em subemprego, ou até no desemprego, com a redução drástica dos seus rendimentos familiares e o agravamento contínuo da pressão económica. Para responder à epidemia, o Governo lançou uma série de medidas, como a formação subsidiada, o plano de estágio “Criar Melhores Perspectivas de Trabalho” e o plano de estágio para jovens de Macau no Interior da China, mas a taxa de desemprego ainda não melhorou. Segundo o Relatório das LAG para 2022, “dar-se-á continuidade à organização de cursos diversificados de formação e ao desenvolvimento de diversas modalidades de testes de técnicas, com vista a reforçar a competitividade dos residentes no mercado de trabalho”. É de salientar que a situação epidémica é persistente e variável, e o seu impacto na economia e no ambiente de emprego é diferente do que no início do surto epidémico. Se se continuar a aplicar as práticas anteriores, só se poderá obter resultados antigos.

Assim, venho apresentar as opiniões e sugestões sobre o reforço da coordenação entre as partes laboral e patronal, a elaboração dos planos de apoio financeiro e a optimização

do apoio à procura de emprego:

1. Recentemente, face às medidas de prevenção epidémica, muitos trabalhadores estão sujeitos a determinadas restrições quando se deslocam ou entram em determinados estabelecimentos, devido ao “código amarelo”. Alguns são do sector do jogo e pediram-lhes para gozar férias anuais ou até ficar em *layoff*. Claro que isto vai causar um impacto mais grave nos seus rendimentos. Sugiro ao Governo que reforce a coordenação entre os serviços públicos que reúnam condições e as empresas de grande dimensão, e que, tendo em conta a situação de exploração, adopte medidas de tratamento apropriadas e adequadas, para reduzir o impacto nos respectivos trabalhadores.

2. Desde a eclosão da epidemia, o Governo implementou várias medidas de apoio aos diversos sectores, e conseguiu alguns resultados na estabilização da sociedade, dinamização da economia e salvaguarda do bem-estar da população. Com a acumulação de algumas experiências e de numerosos dados, acredita-se que o Governo já tem condições para fazer uma avaliação, tendo em conta a situação actual. Proponho então que seja preparado, o mais rápido possível, um planeamento que inclua o “Plano de benefícios do consumo por meio electrónico”, para apoiar, atempadamente, a população nas suas despesas quotidianas, bem como aliviar as pressões sentidas pelas micro, pequenas e médias empresas, a fim de estabilizar a economia e a sociedade de Macau.

3. Sugiro ao Governo que reveja, de forma global, os diversos planos de apoio ao emprego adoptados no passado, optimizando-os e ajustando-os de acordo com a situação real da sociedade e o ambiente de emprego. Ao mesmo tempo, deve concretizar-se o mecanismo de saída dos trabalhadores não residentes, fazendo uma avaliação geral da situação de contratação desses trabalhadores por parte das grandes empresas e confrontando-a com os dados sobre o desemprego dos residentes, a fim de dar prioridade aos desempregados locais nos postos de trabalho que lhes sejam adequados, após a devida conjugação.

Por último, é de salientar que, devido ao impacto contínuo do surto do novo coronavírus, a redução do número de turistas trouxe um novo conjunto de influências, não só para os sectores relacionados com o turismo e o jogo, mas também para todos os outros sectores, com impacto para as micro, pequenas e médias empresas, extensivo aos respectivos trabalhadores e famílias. Assim, o Governo deve ter em conta a realidade, fazer ajustamentos precisos e acertados, e definir planos de contingência, por forma a lançar medidas atempadas de apoio para estabilizar a economia e assegurar o bem-estar da população, criando condições favoráveis para a recuperação pós-epidemia.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 24.01.2022

Zhuhai e Macau são contíguos e há contactos frequentes entre os seus residentes. Em consequência do surto epidémico ocorrido no início de 2020, Zhuhai e Macau reforçaram a cooperação e estabeleceram de imediato um mecanismo conjunto de prevenção e controlo da epidemia, para prevenir e combater em conjunto a epidemia e garantir a segurança das duas regiões. Com o aparecimento recente de casos confirmados em Zhuhai, as duas regiões activaram rapidamente o tal mecanismo conjunto, o que demonstra a sua capacidade de planificação rápida e de coordenação na prevenção e combate à epidemia. Mas, nos últimos dias, na sequência das mudanças epidémicas, as medidas têm sido “ajustadas de forma dinâmica”. Como as informações são divulgadas de forma rápida e em grande quantidade, muitos residentes, nomeadamente os que vivem em Zhuhai, os alunos transfronteiriços e os trabalhadores não residentes esperam que as duas regiões criem uma plataforma para divulgar, de forma centralizada, as medidas de prevenção da epidemia e as informações mais actualizadas, para que todos possam ter acesso a informações mais claras e atempadas sobre a epidemia, a fim de melhor colaborar com os trabalhos de prevenção.

Já se passaram mais de 2 anos desde o início da pandemia da COVID-19, e quer Macau, quer Zhuhai acumularam uma certa experiência na prevenção e controlo da pandemia, elevando as suas capacidades de prevenção e tratamento em conjunto. As duas partes têm um mecanismo para trocar informações e as políticas de prevenção são divulgadas, através dos meios de comunicação social e *online*. Na sequência da integração urbana entre Zhuhai e Macau, os residentes das duas regiões, e especialmente os que precisam de passar frequentemente a fronteira, precisam de obter informações atempadas, a fim de cooperar com as respectivas políticas de prevenção, para assegurar que a vida normal transfronteiriça não seja afectada. Mas as informações confusas e inexactas deixam os residentes sem saber o que fazer, pois estes recorrem a diversos canais para acedê-las e, por vezes, obtêm “informações falsas e incorrectas”, o que não só afecta a sua vida quotidiana, mas também a eficácia das medidas preventivas. Segundo uma notícia recente, os indivíduos que não fizeram os testes em massa em Zhuhai, mesmo tendo feito teste em Macau, ao entrarem em Zhuhai, o código de Guangdong continua amarelo. Muitos cidadãos questionam porque é que, desta vez, os resultados não são partilhados entre as duas regiões. Eles esperam que as medidas de prevenção e controlo sejam uniformes.

Com o desenvolvimento da Zona de cooperação aprofundada e da região da Grande Baía, a integração entre Zhuhai e Macau é cada vez maior. Assim, as autoridades devem reforçar ainda mais a comunicação e a coordenação com Zhuhai, e otimizar o mecanismo de prevenção e controlo conjunto entre esta e Macau. Os dois territórios devem considerar criar uma plataforma de partilha de informações sobre a prevenção e controlo de epidemias, para a divulgação ao público das informações e medidas mais recentes sobre essa prevenção e controlo, melhorando a transparência de divulgação de informações, para que o público possa aceder a essas informações atempadamente e haver uma melhor articulação com as medidas de prevenção. Mais, é necessário reforçar a coordenação e a coerência das medidas de prevenção de epidemias entre as duas regiões, eliminando as diferenças e evitando o caos, para que os trabalhos dessa prevenção sejam bem realizados em conjunto, para a construção de uma baía saudável.

2022-01-24 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“A questão da deslocação dos trabalhadores da Administração Pública para fora da RAEM durante o período de Ano Novo Lunar”

Recentemente, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, (SAFP) sem previamente ouvir as mais de três dezenas associações de associações representativas dos direitos e interesses dos trabalhadores da função pública, emanou uma Circular para conhecimento de todos os trabalhadores da função pública de que no período de 22 de Janeiro a 15 de Fevereiro de 2022, ou seja, durante o período do Ano Novo Lunar, os trabalhadores que se desloquem a Guangdong e que por acaso tenham de faltar ao serviço para observação médica na RAEM ou no interior do continente “podem estas faltas não ser superiormente justificadas”. Aliás esta medida já vinha sendo adoptada há bastante tempo de uma forma arbitrária e sem base legal por algumas entidades públicas com ameaças aos trabalhadores de que as faltas ao serviço seriam injustificadas.

Com a divulgação generalizada da Circular dos DSAFP, o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos teve de atender uma “avalanche” de pedidos de apoio e recebimento de queixas por parte de trabalhadores de diversos serviços públicos perguntando um pouco de tudo e mais relativamente ao conteúdo ameaçador da Circular de as “faltas poderem não ser superiormente justificadas” consoante os critérios (arbitrários) a ser adoptados por cada dirigente e que varia de serviço público.

Muitos trabalhadores e suas famílias residem permanentemente nas regiões adjacentes à província de Guangdong ou precisam de deslocar por questões médicas. Estes trabalhadores queixam que a imprevisibilidade e instabilidade epidemiológica da região de Guangdong não deveria ser atribuída aos mesmos face às posteriores mudanças dos Códigos de Saúde.

E por mais que peçam explicações às entidades competentes quanto às estas e outras questões, como por exemplo, da eventualidade dos códigos verdes serem transformados em amarelo e por mais que tentem ligar ao número 28700800 e email info.cdc.@ssm.gov.mo quase sempre ninguém atende às chamadas nem respondem correctamente aos emails para explicar de uma forma clara os procedimentos que são aceitáveis e os não aceitáveis.

Devido à carestia de vida e subida vertiginosa das rendas e dos preços das habitações aumentou o número de trabalhadores que passaram a residir com as suas famílias e filhos menores no interior do continente fazendo deslocações diárias nos dois lados da fronteira.

O Ano Novo Lunar é umas mais importantes festividades em que todos os familiares se reúnem para confraternizar sendo desumano que as observações médicas não sejam motivos suficientes para que as faltas sejam justificadas. Lembremos que tanto o Senhor Chefe do Executivo como em muitas Linhas de Acção Governativa tem sido feito elogios aos trabalhadores nomeadamente o pessoal de linha de frente e de baixos rendimentos que muito contribuíram ao longo destes últimos dois anos de pandemia. Os trabalhadores da função pública são de facto os recursos mais preciosos da Administração Pública e no entanto são tratados de forma tão desumana como impedir a reunião familiar no próximo Ano Novo do Tigre.

No futuro, sugerimos que os (SAFP) tenham maior abertura ao diálogo e que ouçam com a devida antecedência as mais de três dezenas de associações representativas dos direitos e interesses dos trabalhadores da função pública para em conjunto possam encontrar as melhores soluções para resolver os problemas e evitar tomar decisões de uma forma unilateral que venha afectar a moral da maioria dos trabalhadores da função pública principalmente os da linha de frente que são os que mais precisam de ser apoiados.

Muito Obrigado.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 24.01.2022

Planear racionalmente as instalações de trânsito para garantir a segurança da população nas suas deslocações

Segundo os dados estatísticos da DSAT, nos primeiros 10 meses de 2021, registaram-se 10 626 acidentes de viação. Em 18 de Janeiro de 2022, ocorreu um acidente de viação grave na Avenida 24 de Junho, que provocou ferimentos graves a uma idosa com mais de 60 anos. As vias públicas de Macau apresentam vários problemas, como a instalação inadequada das passadeiras, a localização desordenada dos sinais de trânsito e a falta de manutenção atempada das instalações de trânsito, situações que são a principal causa da ocorrência frequente de acidentes de viação. Estes problemas aumentam, indirectamente, as dificuldades de condução e põem em causa a segurança dos peões, por isso, o Governo deve proceder às respectivas melhorias com a maior brevidade possível.

Ao longo dos anos, o nosso gabinete tem recebido sempre opiniões dos cidadãos sobre a confusão do trânsito. Por exemplo, na Rua Cinco de Outubro, que foi uma das mais prósperas, as vias são estreitas e só há faixas de rodagem, não há passeios para peões, portanto, há sempre “disputas entre peões e veículos”; outro exemplo é a estrada em frente ao IPOR, onde não há passadeira, que deixa muitos pais preocupados com a segurança dos seus filhos que por ali passam na ida para a escola e na volta para casa. Tudo isto não ameaça só a segurança dos peões, também afecta a condução, e prejudica a imagem civilizada da cidade. Mais, a paragem e o estacionamento ilegais nas vias públicas também afectam a velocidade, o fluxo do trânsito, e o normal funcionamento das lojas. Além disso, os autocarros, quando chegam às paragens, não se aproximam do passeio e a tomada e largada dos passageiros acontece no meio da via, o que constitui uma grave ameaça à segurança destes e dos veículos. Estes problemas têm implicações com a segurança das deslocações diárias dos cidadãos, e é urgente resolvê-los.

Também há falta de manutenção e de reparação atempadas das instalações de segurança rodoviária, por exemplo, na Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues, os postes de ferro continuam danificados e vedados há mais de 10 dias depois da ocorrência dum acidente de viação, ocupando espaço público e afectando a imagem da cidade. Mais, os referidos postes ficam perto de escolas, por isso, são um risco para a segurança dos peões e dos alunos em particular. Outro exemplo são os separadores de água instalados na Avenida da Amizade há mais de dez anos, que não produzem os devidos efeitos, constituindo assim um grande desperdício de recursos públicos

O estudo sobre o “Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)” ainda não foi divulgado. Tendo em conta os problemas referidos, e a fim de melhorar o ambiente rodoviário e de salvaguardar a segurança dos cidadãos, sugiro ao Governo o seguinte:

1. As autoridades devem planear, de forma científica, a colocação das instalações nas

vias públicas; rever, globalmente, a localização das passadeiras; colocar, razoavelmente, os passeios para peões, para garantir a segurança dos residentes nas suas deslocações; aditar lugares de estacionamento que deixem os donos de automóveis tranquilos, com vista a evitar estacionamentos “caóticos e ilegais”; e impor, rigorosamente, que a tomada e a largada de passageiros dos autocarros só podem ter lugar junto ao passeio das paragens, para garantir a segurança dos passageiros e não afectar a fluidez nas vias.

2. Há que rever, plenamente, a colocação dos cones de tráfego, barreiras móveis e demais instalações temporárias, e que avançar com a manutenção e a reparação atempadas das instalações de tráfego públicas, a fim de evitar obstáculos nas deslocações dos residentes e dos veículos. Mais, há também que ter em conta as especificidades das vias, como, por exemplo, a proximidade de escolas e hospitais, caso em que a reparação deve preceder os relatórios, indemnizações e demais assuntos subsequentes, no sentido de se criar procedimentos verdes para garantir a fluidez nas vias.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 24.01.2022

A Ómicron chegou com agressividade, e as medidas preventivas devem ser específicas

Em meados deste mês, foram detectados casos da variante Ómicron em Zhongshan e Zhuhai, e até ao momento já se registaram 32 casos. Em Macau, separada destas regiões por uma fronteira, há 4 pessoas de contacto próximo, mas, os seus testes de ácido nucleico dos últimos dias foram todos negativos e, felizmente, não se registou nenhum caso confirmado devido a esta onda da epidemia.

Perante esta situação epidémica, a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude, na tarde da quinta-feira passada, avisou as escolas, de forma repentina, que os docentes e alunos transfronteiriços tinham de suspender, de imediato, as aulas até ao fim das férias do Ano Novo Chinês, e que as escolas que tinham já concluído os exames tinham de antecipar as férias do Ano Novo Chinês. Compreendo que a suspensão das aulas contribui para reduzir o risco de os alunos serem infectados nas escolas, mas, a situação epidémica de Macau é estável, não está a ser tão afectada como nas regiões vizinhas, e até as creches continuam a funcionar, assim, a antecipação das férias no ensino não superior merece, de facto, a nossa discussão, aliás, isto também contraria os princípios da “prevenção rigorosa da epidemia” e da “normalização da prevenção”.

Até ao dia 13 de Janeiro, a taxa de vacinação dos residentes entre os 3 e os 11 anos era de cerca de 1,6%; entre os 12 e os 19 anos era de 65%; entre os 20 e os 29 anos, era de 94%; entre os 30 e os 39 anos era de 96,3%; entre os 40 e os 49 anos, era de 81,5%; entre os 50 e os 59 anos, era de 81,5%; entre os 60 e os 69 anos, era de 61,6%; entre os 70 e os 79 anos, era de 41,9%, e os residentes com 80 anos ou mais, era de 14,9%.

Note-se que os destinatários dos serviços prestados pelos estabelecimentos onde os dois indivíduos de contacto próximo trabalham pertencem a grupos cuja taxa de vacinação é a mais baixa, ou até mesmo sem vacinação (com idade inferior a 3 anos). Face à variante Ómicron, que é altamente contagiosa, o Governo deve dar a conhecer ao público que só com a vacinação é que se pode reduzir a probabilidade de sintomas graves ou de morte, por isso, a forma como se alerta as crianças e os idosos para a vacinação voluntária é o objectivo mais urgente e a chave para o sucesso da estratégia de vacinação de Macau. No entanto, para além da chamada “bolha dos estabelecimentos de comidas via vacinação”, as autoridades anunciaram, há dias, que, a partir do dia 21 do próximo mês, os docentes, os alunos do ensino superior e o pessoal dos serviços sociais têm de concluir duas doses de vacina, ou em alternativa, apresentar o teste de ácido nucleico válido durante 7 dias, grupos estes que não são destinatários em relação aos quais é urgente aumentar a taxa de vacinação. Com isto, acrescido da falta de esclarecimentos e de dados científicos por parte do Governo, o “receio da vacinação” pode até mesmo agravar-se!

A circulação de pessoas entre Zhongshan, Zhuhai e Macau é frequente, neste momento, em Macau, há 18 000 pessoas com código amarelo, mas, as autoridades não adoptaram medidas específicas para enfrentar esta situação. Por exemplo, segundo as orientações do Governo, as pessoas com código amarelo podem trabalhar desde que não exerçam funções na linha de frente ou trabalhem em espaços separados, porém, não podem utilizar os transportes públicos, como autocarros e táxis, então, como é que vão trabalhar os que vivem nas ilhas e não têm veículos particulares? Além disso, também se deparam com problemas se quiserem ficar num hotel. Segundo alguns residentes com código amarelo, já perguntaram ao Centro Hospitalar Conde de S. Januário se era preciso agendar novas datas para os exames regulares, mas segundo a resposta, podem fazer os exames na data prevista desde que façam o teste de ácido nucleico no prazo fixado, e a mensagem enviada pelo hospital confirma isto, porém, quando foram ao hospital, foram informados de que não podiam fazer os exames por terem código amarelo. Após o pedido de informações, verificaram que isso se deveu ao facto de nem todos os serviços públicos terem sido informados acerca das novas medidas, por isso, as pessoas com código amarelo tiveram de voltar para casa. Mais, a mudança de datas não pode ser feita por telefone, e estas pessoas têm de fazer outra vez a marcação no hospital quando o seu código de saúde passar a verde, o que dificulta as deslocações daqueles que têm mobilidade reduzida, deixando-os impotentes e descontentes.

Quanto ao código de localização, o Governo ordenou a afixação nos restaurantes, cinemas, etc., até 15 deste mês, e afirmou que para os idosos que não sabem bem como usar o telemóvel, os estabelecimentos devem fazer o scan do seu código de saúde pessoal. Porém, este método só foi disponibilizado aos serviços públicos, e ainda não é possível nos estabelecimentos médicos, escolas e restaurantes, que fazem parte da primeira fase de implementação do código de localização. Assim, está impedida a entrada dos idosos sem a aplicação, e caso haja algum surto da epidemia, é impossível identificar as pessoas que estiveram no estabelecimento, pois pensa-se o código foi lido. Mais, alguns residentes descobriram que o registo de várias pessoas no código de saúde dá frequentemente erro.

É de sublinhar que, face à agressiva variante Ómicron, o Governo tem de colmatar quanto antes as lacunas na implementação da política de prevenção, nomeadamente fornecer quanto antes a conta e a referida modalidade de scan aos estabelecimentos privados, e resolver o problema do uso da aplicação por várias pessoas, bem como definir instruções mais claras para as pessoas com código amarelo, e garantir meios de transporte público viáveis. Tudo isto para garantir o rigor e a continuidade da prevenção e controlo da pandemia.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 24.01.2022

Que a educação familiar se assuma como força para a governação da sociedade

No dia 1 de Janeiro de 2022, o Interior da China implementou, oficialmente, a Lei da promoção da educação familiar, um novo diploma relevante da área da educação, precedido pela Lei da educação, Lei da escolaridade gratuita e Lei da protecção dos menores recém-revista. O nosso país legislou, pela primeira vez, sobre esta matéria, que já tem precedentes no exterior.

Segundo o site Baidu Baike, as influências e a educação que os filhos recebem no seio da família são a educação familiar. Segundo um dicionário da língua chinesa, “educação familiar” tem dois significados: “educar filhos em casa” e “a cortesia familiar ou a educação dada pelos pais aos filhos sobre ética e protocolo”. Notoriamente, é a este último caso que se refere a educação familiar, tema da presente intervenção, que tem uma profundidade e um conteúdo alargados. Os amigos com alguma idade percebem mais ou menos o que significa a educação familiar. No passado, quando a educação regular ainda não era generalizada, as gerações antigas eram, provavelmente, analfabetas, no entanto, agiam sempre de forma bem-educada, uma situação que resulta de uma educação familiar bem-sucedida. Nesta perspectiva, o valor da educação familiar não é inferior ao da educação regular. Antigamente, apontar alguém como sendo uma pessoa mal-educada era uma acusação extremamente grave, portanto, pode imaginar-se qual era a importância da educação familiar.

Actualmente, o Interior da China depara-se com vários problemas complexos ao nível familiar, educacional e social. A promoção da legislação em matéria de educação familiar tem o seu sentido real e implica uma ponderação a longo prazo. A situação de Macau é diferente da do Interior da China, mas o rumo que o Interior da China segue, isto é, legislar sobre a educação familiar, merce a nossa profunda reflexão.

A referida lei visa “promover” a educação familiar, portanto, tem o seu foco e essência. O foco consiste em orientar e potencializar: orientar significa que, através da lei, os pais são orientados para educar os filhos de acordo com as concepções e metodologias científicas; e potencializar significa que, quando os pais têm dificuldades e problemas, têm o direito de obter ajuda do sistema público, a fim de aumentar a sua competência ao nível da educação. A essência é elevar os assuntos familiares para o patamar nacional, aliás, uma boa educação familiar tem implicações de longo prazo para a sociedade e é bastante para constituir a base do país.

A educação familiar é o princípio da educação. Uma boa educação familiar é inspiração para o pensamento, formação da moralidade, catalisação do crescimento, e formação da personalidade. A educação familiar é a base da educação de qualquer pessoa. Os pais não podem, nem devem depender totalmente da educação regular para educar os seus filhos. A educação familiar é educadora e a educação regular é a transmissão de conhecimentos, sendo ambas importantes. Como diz o velho ditado: "aqueles que desejam governar o seu próprio país devem saber primeiro como gerir a sua própria família". Uma

afirmação ideal e lógica sobre o valor da vida, e é natural que governar a família inclua o elemento educação familiar. Quando a educação familiar atinge um novo patamar num país ou numa sociedade, a eficácia da educação regular das crianças pode aumentar. A próxima geração pode ter mais garantias de crescimento, o que é benéfico para reduzir os problemas familiares e sociais derivados da educação, contribuindo assim para a elevação do desempenho da gestão social.

O Governo da RAEM e a sociedade têm dado grande importância à educação. Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado em promover a cooperação entre a família e a escola, e as escolas, associações, instituições religiosas e até empresas privadas realizaram acções de formação, no entanto, estas medidas não têm o mesmo significado que promover a educação familiar. Assim sendo, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Os serviços de educação, com base na sua bem-sucedida promoção da cooperação entre os pais e as escolas, devem planear a promoção da educação familiar através de uma abordagem liderada pelo Governo e, ao mesmo tempo, adoptar uma abordagem pragmática e científica para promover os benefícios e a importância da educação familiar de uma forma flexível, de modo a despertar a atenção dos pais. Vai fazê-lo?

2. Quando os pais se afligem com o problema de “potencializar”, há alguma equipa de professores especializados para prestar apoio educativo?

Não podemos dizer que a educação familiar é mais importante do que a educação regular. Os professores são profissionais da educação, mas os pais não, e neste momento, em que os métodos educativos mudam rapidamente, a sociedade deve chegar a um consenso, criando condições para a promoção e elevação da educação familiar.